

O Brasil e o eixo do Pacífico

*Mario Gibson Barboza**

O alinhamento automático com o Governo norte-americano prevaleceu em certa fase da política externa brasileira, simbolizado pela infeliz frase que se transformou no ferrete de uma administração: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil.” Agora esse alinhamento vem sendo substituído por um antinorte-americanismo de viés nitidamente ideológico que contamina nossa atuação internacional, amarrando-nos cada vez mais a posições que não representam necessariamente o interesse nacional. Muitas vezes nos levam a atitudes e solidariedades desnecessárias, para não dizer prejudiciais.

Ambas as posições – o alinhamento automático e a hostilidade ideológica – têm explicação dentro de um contexto histórico. Nenhuma das duas, porém, consulta nossos interesses, pois a atividade diplomática é exercida por uma carreira de Estado, cujos profissionais respeitam o Governo de turno, mas não servem a este e sim à Nação que, ao contrário do Governo, é permanente. Em vários artigos de jornal e palestras, tive a oportunidade de lembrar que o nune tutelar da nossa diplomacia, o Barão do Rio Branco, um monarquista convicto e confesso, foi o maior chanceler da República, a qual, por sua vez, nunca lhe cobrou adesão política.

O que explica o antigo “alinhamento” de nossa política externa é o momento histórico que vivíamos. Estávamos recém-saídos de um

colossal conflito mundial, no qual nos “alinhamos” (para usar a expressão hoje condenada) com a grande – embora não única – potência responsável pelo esmagamento da mais cruel e perigosa tentativa de submissão da humanidade, a verdadeira besta apocalíptica que por pouco não nos mergulhou em trevas irreparáveis: o nazifascismo capitaneado pela sinistra figura de Adolf Hitler.

Não é demais supor que, sem a intervenção dos Estados Unidos, naquele terrível momento em que a Inglaterra ficou sozinha, contando apenas com a bravura idônea de Churchill, a Alemanha nazista teria vencido a guerra.

Assim, no imediato pós-guerra, passamos entusiasticamente a viver uma época em que o bom era o que vinha do nosso grande e heróico vizinho do Norte: a moda, o cinema de Hollywood, a Coca-Cola, o jazz – tudo isso absorvido avidamente por nossa juventude. O ideal era imitar os EUA. Instalou-se, entre nós, um comportamento de “idade da inocência”, sem que se descortinasse o surgimento de um inevitável imperialismo vocacionado para o domínio do mundo. Vocacionado, repito, pois a exacerbação capitalista, instalada num país de natureza messiânica como os EUA, com suas bases fundamentalmente calvinistas, dono das armas mais sofisticadas, do dinheiro, das tecnologias mais avançadas, dos laboratórios que o levariam à conquista do espaço, ao desembarque

* O autor é embaixador e foi ministro de Relações Exteriores.

na Lua – um país assim dificilmente resistiria à tentação de dominar o mundo “globalizado”.

Os brasileiros adeptos do “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” não eram vendilhões da Pátria, mas, embora equivocadamente, patriotas ao seu modo. Não os julguemos com os dados e as informações de hoje, não cometamos o grave erro do anacronismo histórico. Era um tempo em que o Brasil tinha 40 milhões de habitantes (hoje somos quase 200 milhões), em que importávamos tudo, em que não fabricávamos nem exportávamos, como hoje, automóveis e aviões. Sobretudo não cedamos à tentação de super-reagir e tomarmos o caminho oposto, que é a “satanização” de tudo que procede do colosso do Norte. Tentação esta compreensível, quando vivemos um infeliz período da história dos EUA, no qual a nação enfrenta com perplexidade a agressão de um terrorismo generalizado e imprevisível, tendo a guiá-la a incompetência de um chefe do Estado que não faz honra ao seu passado.

O alinhamento automático de ontem é tão anacrônico quanto o antinorte-americanismo que se percebe hoje em nossa política externa. Ambas as posições são tão anacrônicas quanto dividir o mundo atual em direita e esquerda. Tão anacrônico quanto lutar, academicamente, contra ou a favor do comércio Sul-Sul para substituir o tradicional comércio Norte-Sul. O que surge no horizonte, com força e dinamismo, em contraposição ao eixo Norte-Sul, é o “eixo Leste-Oeste”.

Observávamos que durante séculos a História, para nós deste lado do mundo, desenrolou-se ao redor do Oceano Atlântico. O Pacífico era um teatro à parte e não constituía para nós um fator histórico de causação.

Disse uma vez Euclides da Cunha que “o Pacífico, ao contrário dos outros mares, é um

grande isolador de povos”. Não sei se concordo com essa afirmação do genial pensador. Mas este não é o espaço apropriado para uma discussão a respeito.

O que impressiona hoje e nos fornece elementos irrecusáveis para o planejamento de nossa política externa é o surgimento da China, além de fatos como a recentíssima celebração de um acordo, que entrará em vigor ainda este ano, para a criação de uma zona de livre comércio entre a China e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean, na sigla em inglês). O grupo é formado por Brunei, Camboja, Cingapura, Tailândia, Laos, Malásia, Myanmar, Filipinas, Indonésia e Vietnã. Trata-se de um acordo que abrange uma economia calculada em US\$ 884 bilhões (R\$ 1,85 trilhão) e que abrirá aos países do Sudeste da Ásia as portas do mercado chinês nos setores bancário, turístico, imobiliário e sanitário, bem como a tecnologia de informação e transporte.

Estamos diante de um significativo passo para a implantação de um imperialismo chinês? Não creio. Não acredito num “imperialismo chinês”. Posso estar enganado, mas vejo a China como uma inevitável superpotência do futuro, mas sem o “ânimo” imperialista. Não por bons sentimentos ou generosidade, e sim porque o Império do Meio, a China, eu vejo simbolizado pela Grande Muralha. Isto é, uma nação que aspira a ser a superpotência do futuro e que, em vez de pretender conquistar terras e países, prefere recolher-se a um isolamento auto-suficiente, profundamente consciente de sua superioridade.

De qualquer modo, a China deve constituir, sem dúvida, uma prioridade da política externa brasileira dirigida ao Oriente. E isto para não mencionar o Japão e a Austrália, entre outros.

Ao tratar do planejamento da nossa política externa, sinto-me obrigado a dizer que não

entendo como é admissível reformar uma instituição como o Itamaraty por meio de uma medida provisória. E reformar mal. Muito mal mesmo. Não posso deixar de denunciar a expedição de uma MP que constitui, segundo penso, uma flagrante usurpação do poder legislativo do Congresso, com o agravante de entrar em vigor na data de sua expedição, criando-se situações irreparáveis se o Congresso não aprová-la, pois aumenta muitíssimo o número de diplomatas que já foram e continuam a ser admitidos e/ou promovidos, em consequência do grande aumento dos quadros.

Além disso, é impossível exagerar a gravidade das denúncias contra a administração do Itamaraty feitas pelo Embaixador Roberto Abdenur, em entrevista à revista *Veja*. Subscrevo essas denúncias, até mesmo porque já há algum tempo venho apontando os mesmos fatos em artigos de jornal e palestras. Agora essas denúncias adquirem especial relevo, ao serem feitas por um diplomata que até pouco tempo chefiava

na nossa embaixada em Washington. Destaco os pontos principais que, a meu ver, assim como na opinião de muitos dos meus colegas que ocuparam ou ainda ocupam posições de chefia do Itamaraty, merecem nossa reprovação:

– Politização dos diplomatas para que possam obter promoção ou os melhores postos no exterior. Por “politização” entenda-se entusiástica adesão política ao petismo e ao atual Governo.

– Absurda e desnecessária criação de novos 400 cargos de diplomatas, quando éramos pouco mais de 900.

– Leitura obrigatória de textos históricos e/ou diplomáticos e subsequente e vexatória “tomada de lição”, visando à formação de uma ideologia unificada.

Fatos como esses descaracterizam e acabam por destruir a indispensável isenção do diplomata em relação aos processos políticos internos, os quais, por sua natureza, estão em permanente evolução e sujeitos a transformações. ☉

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



BRASIL-FRANÇA, relações históricas no período colonial

Vasco Mariz (organizador)

As relações entre luso-brasileiros e franceses no período colonial comentadas por 12 autores numa só obra.

O leitor conhecerá a influência da cultura francesa nas diferentes regiões da colônia portuguesa na América do Sul.